

Resenha

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro (RJ), Papéis Selvagens, 2018.

Masculinidade e outras retóricas da “Nossa América”

Érika Catarina de Melo Alves¹

Recebido em: 09/04/2021

Aprovado em: 19/07/2021

A leitura da obra “As cores da masculinidade” da antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya pede ao leitor mais atento, que este construa junto com a autora reflexões sobre suas próprias experiências, enquanto homem (cis ou não), assim como mulher (cis, trans ou não). É uma obra provocativa e insurgente no que se declara de imediato a delinear, compreender as relações da masculinidade para além do binarismo de gênero numa determinada região geopolítica. A própria noção de experiência é inflexionada na apresentação da obra. Posto que a experiência aqui não é considerada categoria preexistente, mas passível e atravessada por eventos históricos e discursivos, individualizados e sentidos na coletividade. As realidades vividas, em especial as de gênero, são historicamente situadas e sob esta perspectiva profunda a obra de Viveros Vigoya se torna tão urgente e aguçada para nossos tempos atuais.

¹ Doutoranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), Brasil. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGA-UFPB), Brasil. E-mail: erikacmalves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0883-681X>.

A autora se declara mulher não-branca assinalada por uma trajetória histórica permeada por conceitos que servem de fundação para o texto. Utilizando-se das noções e pensamentos derivados de movimentos sociais e intelectuais como o *Black Feminism*, e denotando seu desconforto tanto pessoal quanto etnográfico, Viveros tenta preencher o que ela mesma chama de vazio nos estudos latino-americanos de gênero. A pesquisadora classifica que o uso do ponto de vista do *Black Feminism* e do “feminismo de cor” não significava necessariamente o campo construído por feministas “negras”, mas que se trata de uma “corrente política feminista de pensamento que define o gênero em relação a outras ordens de poder como racismo e a relação de classe” (VIVEROS, p.19, 2018) a qual muito colaborou para seu modo de reflexão.

Com relação ao “feminismo de cor” a mesma denota que seria uma nomenclatura utilizada por feministas chicanas ou de terceiro mundo (*third world feminist*) que questionavam e refletiam as questões identitárias das “mulheres de cor”. Todos estes temas contribuíram, de certa forma, para gerar o seu desconforto sobre a dominação masculina no contexto colombiano e no que ela chama de Nossa América.

A formulação da expressão “Nossa América” é apresentada como modo de reconhecimento pelas lutas travadas em torno da ressignificação da identidade comumente tratada de latino-americana. Trata-se de um esboço que tenta colocar em relevo as lutas de reapropriação dos significados e ideais que sempre estiveram envoltos da concepção do que seria a América Latina. Uma destas reapropriações estaria encaixada na compreensão do caráter de “mestiço”, “crioulo”, “chicano” resultantes do controle imperial e metropolitano espanhol e português.

Neste contexto e esforço compreensivo de destrinchar o processo de independência criado pela elite desses países sob controle ibérico, em meados dos anos de 1830, é fundamental entender o dilema da composição social enfrentado pelas elites “mestiças” como também pelos intelectuais ao longo dos anos. Destaco, as contribuições de pensadoras feministas como Gloria Anzaldúa (1987), que no caso servem de pano de fundo na abordagem da autora. Viveros ainda sublinha que a utilização do termo “de Nossa América em vez de América Latina é, finalmente, escolher uma denominação que não foi criada nos contextos acadêmicos hegemônicos metropolitanos para dar conta de experiências sociais e particulares” (op. cit. p.30, 2018).

É uma posição intelectual que reflete bem os objetivos da obra e guia o leitor a usar a lupa da observação da pesquisa apresentada. Ao analisar a mestiçagem como uma das ficções fundantes da construção nacional latino-americana, cria-se um espaço profícuo para rebater qualquer ideal de homogeneidade social, gerando um contraste que possibilita uma análise pós-colonial propositiva e abrangente.

Deste modo, lemos a pesquisa com observações de um campo ainda em emergência que coloca uma luz sobre o gênero, os homens e suas masculinidades. Nesta leitura, é possível que o leitor venha a questionar, levado pela escrita da Viveros, sobre o que emergiu do caldeirão da conquista colonial? Como se criaram os parâmetros sociais que enquadram comportamentos, costumes e papéis tão delimitados em Nossa América? Como uma mulher negra observa tais constructos? Quais experiências são destacadas neste conjunto analítico?

Foram estas indagações – e até divagações – que vamos calcando a cada página d’*As cores da masculinidade*. Isso só demonstrável quando cabe a definição de que a abordagem interseccional é ativada para analisar as experiências de poder e suas práticas. É proposta clara e contundente que o livro pretende contribuir para solidar, ou mesmo, aplainar o “terreno acadêmico” nos termos da própria autora. Quando expressado este alvo, entendemos que o uso das epistemologias feministas e decoloniais não são alegorias deixadas ao longo da formação da pesquisadora, elas não se resumem a aparições aqui ou acolá. Pelo contrário, elas estão no calcanhar das proposições agudas e pontuais levantadas no texto.

Repensar e redefinir são tarefas árduas e necessárias, e sob esta perspectiva a obra entrega bem o seu recado. O compromisso já observado no exposto do prefácio da socióloga australiana Raewyn Connel, delimita bem como é bem sucedida a arguição e as séries de respostas aferidas pela Viveros para os temas das questões da masculinidade nossamericanas.

Embora a própria autora confirme que cada capítulo pode ser lido independente um do outro, não suprimindo o entendimento do todo, acredito que é desejável apontar como cada partícula em forma de capítulo e unidade vai se encaixando numa abordagem sobre a região latino-americana e as questões de gênero.

Dividido em duas partes, o livro apresenta cinco capítulos cunhados com muita expertise para cumprir sua missão. A primeira parte intitulada “Teorias Feministas e

Masculinidades” tenta realizar uma abordagem em torno dos pressupostos já estabelecidos no campo dos estudos de gênero. A segunda parte do livro, titulado, *Masculinidades Nossamericanas*, apresenta um amplo cenário sobre as construções imaginárias e estereotipadas sobre a sexualidade masculina no país da autora, a Colômbia.

No primeiro capítulo, encaixado na primeira parte, por exemplo, apresenta um mapeamento sobre os estudos sobre masculinidades e homens. Atentando para os dilemas nas discussões no campo feminista e de gênero, compreendido aqui com suas tensões, relações de poder e legitimação. Configurações que não podem passar despercebidas por nenhum pesquisador das questões de gênero, pois tais são relações sociais apresentadas nas tradições políticas como também nas relações acadêmicas. Um aspecto importante sobre esse campo de estudo é que as primeiras bibliografias especializadas no assunto são originalmente publicadas na língua inglesa seguida da tradução francesa, e que esta literatura era voltada a fazer referências às problemáticas enfrentadas nas sociedades norte-americanas ou/e europeias. A inflexão sobre os contextos latino-americanos é recente e deve antes de tudo realizar uma autocrítica sobre as categorias hegemônicas diante a realidade da região.

A busca por rastrear, mapear, e localizar as relações de gênero na Nossa América, abre um leque de questões sobre os aportes do subcampo dos estudos das masculinidades e as detectáveis resistências expressivas relativas aos estereótipos sobre a rubrica das “masculinidades latino-americanas”. É sob este prisma que o segundo capítulo se debruça, mas antes de apontar tais questões a autora realiza um levantamento comparativo sobre os contextos destes estudos nos países latinos e nos Estados Unidos.

O tema das masculinidades chegou aos currículos universitários graças ao impulso de algumas feministas acadêmicas implicadas na institucionalização dos estudos de gênero em várias universidades da região. Paralelamente, boa parte dos grupos de trabalho com homens ao longo dos anos 1990 no México, Argentina, Brasil e Colômbia, concebiam a busca de igualdade de gênero [...] A segunda transformação estrutural latino-americana que merece destaque é o reconhecimento da pluriétnicidade e multiculturalidade da região, fruto das lutas dos movimentos sociais, indígenas e negro, em sinergia com as reações internacionais perante a uniformização cultural que acompanha os processos de globalização (VIVEROS, p.61-62, 2018).

A construção deste capítulo nos apresenta que os ideais de masculinidade foram construídos a partir de um diálogo com os de raça e de nação e este tipo de junção coopera na criação de categorias como a do “homem latino-americano”. Categoria considera fluída e frágil, pois carregam consigo signos de dominação e conquista dos grandes centros de profusão de pensamento.

O terceiro capítulo abre a segunda e última parte da obra, e examina os imaginários e conseqüentemente os estereótipos presentes nas correlações aferidas a sexualidade negra masculina colombiana. Nesta empreitada, investida pela autora, há o por assim dizer um desenho que coloca à tona a perspectiva histórica, do ponto de vista dos próprios homens negros. O que há nesta parte do livro é a busca por uma compreensão das diferentes maneiras e modos pelos quais os homens vão sendo inseridos e/ou consomem os estereótipos e seus usos em sociabilidade. Parte deste uso é positivado pelos atores masculinos de diferentes formas, uma destas formas é a ação sobre o corpo negro masculino e suas estratégias de sobrevivência na sociedade colombiana. O impacto das práticas musicais e performativas toma uma interessante norma na análise deste estudo, pois são nestas arenas e espaços que alguns grupos são percebidos e considerados como símbolos de afirmação e orgulho da cultura afro-colombiana, e reafirmam ou conotam de maneira distinta os imaginários já existentes sobre os corpos negros masculinos.

No quarto capítulo a autora demonstra um quadro perceptível a detectar as continuidades e discontinuidades históricas sobre o aferimento da branquitude como ideal da conformação racial e social do contexto latino, ou seu próprio termo de *nossamericano*. Trata-se de uma abordagem interseccional e processual sobre o período colonial até os dias atuais. Nesta perspectiva a raça é sempre atrelada a questão do sexo. Este tipo de articulação produz e reproduz hierarquias sociais particulares como garantiu a supremacia e hegemonia dos homens brancos e a subordinação das mulheres e homens não-brancos. Para ilustra tal denotação, a autora se utiliza da figuração do presidente do seu país, Álvaro Uribe Vélez na mídia. Nos discursos e aparições do presidente colombiano, há a presença e exposição de valores relacionados com a masculinidade, ou o que se espera de uma aparição masculina de poder. Longe de ser uma análise inovadora, outras abordagens políticas e sociológicas já se detiveram a

expressividade do presidente Álvaro Uribe, contudo nesta obra o que serve como material de estudo e reflexão são as correlações e dimensões em torno da figura política com os temas de gênero e questões étnico-raciais. Uma análise do discurso é utilizada para compreender o uso e aferições do comportamento do presidente diante destas questões. Trata-se de um tratamento das categorias de modo interseccional.

Cabe ainda esboçar mais uma vez como no livro é utilizada a análise interseccional como modo de abordagem socioantropológica. A autora compartilha a definição de Nira Yuval-Davis (2015) que considera a interseccionalidade como um conjunto de ferramentas conceituais e teóricas. Muitos dos aportes e investimentos em torno da interccionalidade como abordagem advêm da teoria foucaultiana do poder. Não se trata, pois de um corpo teórico unificado, mas trata-se de utilizações de conceptualizações que pensam as relações de dominação como um processo contraditório e complexo agenciado pelos sujeitos e suas ações. O livro apresenta não apenas uma análise interseccional dos grupos sociais marginalizados, ao qual está intimamente vinculada este conjunto de conceitos, mas também é abordado como são ocupadas as posições dominantes em diferentes ordens, como os homens, pessoas brancas ou mestiças. E por mestiço devemos entender o sistema de classificação apresentado de modo geral na Colômbia e América Latina lócus de pesquisa e reflexão da obra. Para Viveros, nesses países o termo mestiço é usado como referencial para ancestralidade europeia e indígena das pessoas. A mestiçagem está diretamente fomentada pelas ideologias nacionais de cada país, no Brasil, por exemplo, o ideal de mestiço é denotado as pessoas que possuam antepassados de categorias raciais distintas. Por outro lado, o termo no espanhol, ou na América espanhola, em especial no trato colombiano, *mestizo* é terminologia tradicional referentes aos descendentes de colonizadores e indígenas, o que na América portuguesa seriam considerados por caboclos ou mamelucos.

O quinto capítulo realiza um exercício de exploração sobre as transposições constantes e presentes da violência estrutural provenientes da conquista e da colonização da Nossa América. Do ponto de vista da autora, a violência simbólica aqui empreendida abriu espaço para outros tipos de infrações violentas com as domésticas e íntimas. Neste tenso cenário as mulheres são as principais vítimas. Os homens subordinados a estrutura hierárquica da masculinidade servem de terrenos para estas

relações desiguais e injustas. As estatísticas das mortes violentas de mulheres excedem exponencialmente as mortes dos homens no contexto de violência doméstica dentro das relações afetivas. Este tipo de assassinato é considerado como modo de predação dos corpos femininos pelas atitudes masculinistas favorecidas pelo contexto da vida social e pelos conflitos sociais e geopolíticos da Nossa América.

Quando se evoca o aumento dos comportamentos masculinistas e de novas formas de violência contra as mulheres na Nossa América, se torna necessário apresentar certas questões geopolíticas subjacentes. Algumas são de longa duração, como os traços da colonialidade do poder impressos nos privilégios e exclusões sociais que definem o cenário dessas violências. Outras têm a ver com as novas dinâmicas geopolíticas e econômicas que reforçam e incentivam crimes como o feminicídio. Em nenhum caso essas violências podem ser explicadas por supostas “especificidades” culturais regionais de caráter trans histórico. Os feminicídios não são crimes “bárbaros” perpetrados por homens obscuros saídos do subcontinente berço do machismo. Esse tipo de violência precisa ser abordado a partir de uma perspectiva crítica que integre e articule diferentes temporalidades e diferentes dinâmicas micro, meso e macrossociais. (VIVEROS, p.176, 2018).

Este tipo de concepção defende uma postura que tente enxergar e contestar a premissa da masculinidade apenas visível nos episódios de violência contra a mulher. O tecido social que solidifica a existência de masculinidades que afetam de modo nocivo à lógica cultural da submissão do gênero feminino merece ser entendido de maneiras multifacetadas. O discurso acadêmico deve adentrar nas arenas políticas e zonas de decisões, para tanto é imperativo que ocorra por nossa parte – pesquisadores – a fuga de definições generalizantes que pouco retratam a realidade da sociedade latino-americana. O primeiro passo seria atentar sobre a diversidade de masculinidades que coexistem sob o mesmo território, não há como colocá-las numa caixinha, pois as identidades masculina mexicana, peruana, chilena, colombiana ou brasileira escapam de definições hegemônicas.

As identidades masculinas da Nossa América são fortemente articuladas ao contexto social em que se constroem, aos novos cenários econômicos, políticos e culturais que a globalização faz emergir ou desaparecer, e às mudanças trazidas pelo reconhecimento da multiculturalidade das sociedades latino-americanas. Além disso, a violência que marcou a história dos países da região desde suas origens afetou diretamente suas dinâmicas sociais, familiares e individuais, produzindo mortes, doenças físicas e

mentais, situações de deficiência, deslocamentos geográficos, reagrupamentos territoriais e atos criminosos (VIVEROS, p. 180, 2018).

Há por parte da mídia e dos meios de comunicação uma constante mobilização e visibilização que propaga a imagem da identidade masculina como viril, heterossexual, resistente e forte fisicamente. Na Colômbia, a persistência de destes estereótipos são reforçados mesmo dentro do seio da comunidade negra. Ao explicitar sua experiência etnográfica com os grupos de jovens de Quibdó, capital do departamento do Chocó, considerado um dos mais pobres do país e com forte presença da população negra, a pesquisadora confronta os interlocutores com estes estereótipos que por eles são suavizados e lidos de modo interessante, ou pelo menos não interpretados como a antropóloga desejava. A dança transparece em suas múltiplas entrevistas como um “talento natural das pessoas negras” que pelos sujeitos eram bem recebidos e não pareciam ofensivos. Declara Viveros, “eu podia entrever em muitos deles a satisfação de serem dotados de aptidões que pareciam conferir-lhes uma certa superioridade e constituíram, nesse sentido, atributos compensatórios para sua imagem no contexto colombiano, no qual ser negro equivale potencialmente a ser discriminado (op. cit. p. 109, 2018).

Outro aspecto levantado na obra é a questão da paternidade e representação nas práticas sociais dos homens negros. Nesta observação a autora coloca importantes trabalhos acadêmicos que lidam com o tema e em diferentes países da região. Aponta o estudo de Norma Fuller (1997) sobre homens peruanos da classe média e as dimensões da paternidade como prova da virilidade destes, permitindo que a figura de pai seja publicamente enfatizada. As práticas da representação paterna no contexto brasileiro se correlacionam com as trajetórias de vida dos homens, é o que demonstra o trabalho de Jorge Luiz Cardoso (1998) e Maria Juracy Siqueira (2001) sobre a paternidade adolescente. As duas pesquisas demonstram e confirmam que no processo reprodutivo é dado aos pais adolescentes um lugar secundário e por fim legitima a ausência dos mesmos na função de pais.

O levantamento sobre estas bibliografias serve como referências dentro do próprio livro, que também exerce a função de guia sobre o tema e os contextos de pesquisa no cenário das pesquisas de gênero latino-americanas. Com um universo

multifacetado e com diversas abordagens, a masculinidade como categoria analítica deve ser compreendida para além dos modelos que o generalize. O trato que se é destacado diante das relações dos espaços de homossociabilidade apontam controle, dominação e poder. O corpo é “agente e objeto” destas práticas, e deve ser visto como central nas relações de gênero. As formas de perceber, pensar e classificar colocam a corporalidade como instrumento de intersecção das práticas e experiências não só restritas a masculinidade, mas entre os papéis incumbidos a homens e mulheres. Posições socialmente construídas e historicamente situadas. Embora, a figura da masculinidade patriarcal continue nos esmagando nas relações de poder, trabalhos como estes que levantam e observam estas questões de maneira única nos colocam em posições de batalhas necessárias que decolonizam nossas epistemologias.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *La frontera: the new mestiza*. San Francisco. Aunt Lute Books. 1987.
- CARDOSO, Jorge Luiz. Paternidade adolescente; da investigação à intervenção. In: Arilha, M.; Ridenti, S.U.; medrad, B (orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo, SP. *Ecos/34*. P. 185-215. 1998.
- FOUCAULT, M. *White women, race matters*. Minneapolis, University of Minnesota Press. 1993.
- FULLER, Norma. *Identidades masculinas, varones de classe media*. Lima: Fondo Editorial, PUCP. 1997.
- SIQUEIRA, Maria Juracy. *Paternidade adolescente: seu lugar nos programas públicos na área da saúde reprodutiva na grande Florianópolis*. Recife, Fundação Carlos Chagas. 2001.
- YUVAL-DAVIS, Nira. *Situated intersectionality and social inequality*. *Raisons politiques*, v.2, n.58, p. 91-100. 2015.